

11. PROPOSTA RELATIVA A ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO "COOPERATION NETWORK ROMAN ROUTES HERITAGE IN EUROPE":

Do **Sr. Vereador Dr. Miguel Bandeira** com a área da responsabilidade do Património – Serviço de Arqueologia, submetendo à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta relativa a alteração dos Estatutos da Associação "Cooperation Network Roman Routes Heritage In Europe", que se anexa.



PELOURO DO PATRIMÓNIO

SERVIÇO DE ARQUEOLOGIA

Exmo. Senhor

Vereador do Pelouro

Prof. Doutor Miguel Bandeira

ASSUNTO: Proposta de alteração dos Estatutos da Associação “Cooperation Network Roman Routes Heritage in Europe”

Sobre o processo em epigrafe, por informação prestada pelo técnico superior da Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso, deste Município, a proposta de alteração (assinalada a amarelo em documentação anexa) dos estatutos da Associação “Cooperation Network Roman Routes Heritage in Europe”, deve ser submetida a apreciação dos órgãos autárquicos.

Solicitamos assim, que a presente documentação seja enviada à reunião de Câmara, para posterior validação da Assembleia Municipal.

Braga, 29 de Abril de 2021

O Responsável,

ARTIGO 1 - NOME: Com o nome de "Roman Routes Heritage in Europe Cooperation Network" esta Associação e Rede Internacional reger-se-á pela Lei Constitucional 1/2002 de 22 de Março, que regula o direito de associação e no que não for explicitamente previsto aplicar-se-á a legislação espanhola vigente à data. A referida associação, sem fins lucrativos, possui personalidade jurídica própria diferente da dos seus membros e com plena capacidade de decisão.

ARTIGO 2 - OBJETO: O objetivo da referida associação é promover e divulgar as estradas e sítios romanos que formam o Itinerário Cultural "Roman Routes Heritage in Europe Cooperation Network". A associação irá gerar uma oferta cultural e turística de alta qualidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural e turístico dos territórios ao longo das estradas e onde se situam os locais.

ARTIGO 3 - ÁREA DE AÇÃO: A área de ação da associação é nacional e internacional, incluindo os territórios dos países pertencentes ao Conselho da Europa.

ARTIGO 4 - ENDEREÇO: O endereço social da Associação está localizado em C/ Cabrales, 82. 33201 Gijón (Astúrias), Espanha

A Associação pode abrir centros subsidiários, filiais, agências e representações no território dos membros e através do acordo do Comité.

ARTIGO 5º - DURAÇÃO: Esta Associação terá uma duração indefinida, a menos que se torne impossível cumprir os seus objetivos ou em outras circunstâncias excepcionais, quando a sua dissolução for acordada pelos membros, através do procedimento estabelecido na Secção VIII dos presentes estatutos.

ARTIGO 6 - OBJETIVOS: A Associação tem os seguintes objetivos:

- Divulgar e promover a cultura e o património romano através da Rota Cultural Europeia "Roman Routes Heritage in Europe Cooperation Network".
- Promover as relações com o Conselho da Europa e outras instituições europeias.
- Colaborar estreitamente com o Instituto Europeu de Rotas Culturais.
- Incentivar o diálogo e o intercâmbio de boas práticas em assuntos relacionados com o Itinerário "Património das Rotas Romanas na Europa Rede de Cooperação" com outros itinerários culturais europeus.
- Encorajar a colaboração das administrações públicas e organizações privadas para a promoção de ações conjuntas relacionadas com este Itinerário.

- Promover e iniciar atividades educativas relacionadas com as estradas e locais romanos que formam o percurso, dirigidos aos jovens, a fim de aumentar o conhecimento das suas raízes e consolidar a identidade europeia.
- Incentivar a colaboração das administrações públicas e organizações privadas para a promoção de ações conjuntas relacionadas com este Itinerário.
- Promover e iniciar atividades educativas relacionadas com as estradas e sítios romanos que formam a Rota, destinadas aos jovens, a fim de aumentar o seu conhecimento das suas raízes e consolidar a identidade europeia.
- Harmonizar, em termos de desenvolvimento sustentável, as atividades culturais e turísticas desenvolvidas nos territórios das estradas e sítios romanos.
- Administrar seus próprios recursos orçamentários e património e sua aplicação aos objetivos e atividades da Associação, promovendo todas as atividades necessárias para obter a autonomia dos recursos necessários para o cumprimento de suas funções.
- Obter e administrar corretamente todas as subvenções e subvenções oficiais que possam corresponder à referida Associação e seus membros de acordo com as atividades que são reconhecidos nos presentes Estatutos e / ou para a sua melhoria
- Intercâmbio de know-how na gestão de sítios arqueológicos.
- Promover as conexões com as indústrias culturais e criativas.

SEÇÃO II

ASSOCIAÇÃO

ARTIGO 7 - CONDIÇÃO DE ADESÃO: Qualquer entidade pública ou privada com plena capacidade de ação e com direito de palavra e voto pode ser associada aos objetivos desta Associação, constituída em conformidade com as leis dos diferentes Estados e com base nos princípios estabelecidos pela União Europeia e pelo Conselho da Europa.

ARTIGO 8 - TIPOS DE MEMBROS: Dentro da Associação podem existir os seguintes tipos de membros:

- Sócio Ordinário: As pessoas singulares ou coletivas que adquirem esse estatuto, solicitando ao Conselho de Administração, expressando o desejo de aderir à Associação com plena adesão aos presentes Estatutos e às regras que os

desenvolvem, bem como a outras disposições legais, com o compromisso expresso de assumir os direitos e obrigações inerentes.

- **Membros honorários:** Os membros honorários são as entidades ou pessoas que, na opinião da Assembleia Geral, têm ou teriam ajudado ou estão a ajudar a Associação de uma forma notável no desenvolvimento dos seus objetivos.
- **Membro Associado:** As entidades ou pessoas que, na opinião da Assembleia Geral, possam aconselhar a Associação em questões específicas, devem ser membros associados. Podem participar nas reuniões quando são convocadas pelo comité.

ARTIGO 9 - DIREITOS DOS MEMBROS

Os Membros têm os seguintes direitos:

- Participar nas reuniões da Assembleia Geral com direito a intervir e a votar.
- Eleger e ser eleito para cargos de representação ou para exercer cargos de direção.
- Exercer a representação conferida em cada caso.
- Usufruir de todas as atividades e serviços comuns da Associação, de acordo com as regras e regulamentos.
- Para solicitar e receber informação sobre as atividades, administração e gestão da Associação.
- Fazer parte dos grupos de trabalho.
- Ter uma cópia dos Estatutos.
- Propor membros Associados ou Membros Honorários.

ARTIGO 10 - DEVERES DOS MEMBROS:

Os membros têm os seguintes deveres:

- Para conformar as suas ações às regras e regulamentos estatutários que são promulgados.
- Cumprir estes Estatutos e os acordos feitos pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.
- Assistir às reuniões das Assembleias e outros atos que são organizados.
- Cumprir, quando apropriado, as obrigações inerentes ao cargo para o qual foram nomeados.
- Prestar a cooperação necessária para o bom funcionamento da Associação.

- Apoiar financeiramente a Associação através do pagamento de taxas anuais e/ou contribuições extraordinárias determinadas pela Assembleia Geral, na sequência de uma proposta do Conselho de Administração.

- Os membros associados e os membros honorários não devem intervir na gestão da Associação ou nos seus órgãos representativos, podem assistir e participar nas Assembleias Gerais, mas sem direito a voto.

ARTIGO 11 - MEMBROS HONORÁRIOS E MEMBROS ASSOCIADOS:

Os membros honorários e associados não participarão na gestão da Associação nem nos seus órgãos de representação. Quando forem convocados por qualquer membro do comité, podem simultaneamente assistir e participar na Assembleia Geral, mas sem direito a voto.

Não terão de pagar uma taxa.

ARTIGO 12 - PERDA DA CONDIÇÃO DE MEMBRO: A condição de Membro será perdida:

- Aqueles que solicitem a sua desvinculação mediante comunicação por escrito ao Conselho de Administração.
- Morte em caso de membro individual ou dissolução em caso de membro coletivo.
- Incumprimento das obrigações estatutárias.
- O não pagamento das taxas periódicas estabelecidas durante pelo menos dois períodos consecutivos.

Quando um membro pretender deixar a Associação, deve fazer um pedido por escrito e pagar todas as taxas pendentes.

A expulsão dos membros será acordada pelo Conselho de Administração, após audição da parte interessada por um período mínimo de dez dias úteis. O acordo de expulsão deve ser confirmado pela Assembleia Geral Extraordinária e contra a sua resolução pode ser objeto de recurso perante a jurisdição ordinária.

SEÇÃO III

ÓRGÃOS DE GOVERNO E REPRESENTAÇÃO

ARTIGO 13 - ÓRGÃOS DO GOVERNO: A gestão e administração da Associação será exercida pela Assembleia Geral, pelo Comité e pelo Presidente, que são os órgãos da Associação.

ARTIGO 14 - A organização interna e o funcionamento da Associação devem ser democráticos e com plenos direitos de pluralismo.

CAPÍTULO I

ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 15 - A Assembleia Geral é o órgão supremo do governo e a expressão da vontade da Associação e será formada por todos os membros, de acordo com a representação que detiverem. Este órgão é soberano em tudo relacionado à Associação e seus acordos são obrigatórios para todos os membros, estejam eles presentes ou não, exceto nos acordos que afetam o trabalho correspondente aos órgãos que representa.

ARTIGO 16 - A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente da Associação com um mínimo de 15 dias de antecedência, por escrito a todos os membros, indicando o dia, hora e local da reunião, bem como a ordem do dia.

ARTIGO 17 - As reuniões da Assembleia Geral poderão ser ordinárias ou extraordinárias. A Assembleia Geral se reunirá em sessão ordinária pelo menos uma vez por ano, dentro dos quatro meses seguintes ao final do ano anterior. A Assembleia Geral se reunirá em sessão extraordinária quando as circunstâncias o exigirem, na opinião do Presidente, por um acordo do Comité, ou quando ele é proposto por escrito por pelo menos 25% dos membros.

ARTIGO 18 - A Assembleia será formada validamente em primeiro lugar, com a presença de metade dos membros com plenos direitos de voto mais um e, em segundo lugar, com qualquer que seja o número de membros com o referido direito. A segunda rodada será realizada pelo menos uma hora após a primeira e no mesmo local.

ARTIGO 19 - Os acordos serão tomados por maioria simples dos votos presentes ou representados. Para chegar a acordos sobre a separação dos membros, eleição do Comité, modificação dos Estatutos, admissão de novos membros, constituição de uma Federação de Associações ou entrada em uma Federação que já existe, será necessário que o acordo seja aceito pela Federação. maioria qualificada de dois terços dos votos presentes ou representados. No caso da dissolução da Associação, o procedimento previsto no artigo 46 dos presentes estatutos será seguido.

ARTIGO 20 - As faculdades da Assembleia Geral Ordinária são:

- Aprovar, quando necessário, a atividade e a gestão do Comité.
- Aprovar as contas anuais de receitas e despesas e o relatório anual de atividades
- Estabelecer as linhas gerais de ação que permitam à Associação cumprir seus objetivos
- Qualquer outra faculdade que não seja de responsabilidade exclusiva da Reunião Extraordinária
- Eleger os membros do Comité
- Determinar as assinaturas ordinárias e extraordinárias

ARTIGO 21 - As competências da Assembleia Geral Extraordinária são:

- Modificar os estatutos.
- Eliminar, avaliar ou alienar as propriedades da Associação.
- Dissolver a Associação
- Expulsar membros quando propostos pelo Comité
- Admitir novos membros, quando propostos pelo Comité
- Constituir federações ou entrar num órgão desse tipo
- Dispensar membros do Comité
- Elaborar e aprovar regulamentos do regime interno

CAPÍTULO II

COMITÉ

ARTIGO 22 - A Associação será administrada por um Comité formado por um Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro e um mínimo de outros três membros. Os cargos no Comité terão a duração de 4 anos e os membros podem ser reeleitos no final desse período. Os postos serão rotativos e terão que ser mantidos por todos os membros, sem exceção. Todos os diretores que formam o Comité não serão remunerados. Serão designados pela Assembleia Geral Ordinária e revogados pela Assembleia Geral Extraordinária.

ARTIGO 23 - Os diretores poderão sair por meio de renúncia voluntária e por escrito ao Comité, em virtude de não terem cumprido as obrigações que lhes haviam sido atribuídas, ou pelo termo do seu mandato.

ARTIGO 24 - As vagas que surjam no Comité serão preenchidas na próxima Assembleia Geral Ordinária que ocorrer. No entanto, o Comité poderá contar provisoriamente com um membro da Associação para o cargo vago.

ARTIGO 25 - O Comité reunir-se-á pelo menos uma vez por semestre e, em qualquer caso, quando o Presidente ou um terço dos diretores do mesmo o solicitarem. Será constituído validamente com a presença de pelo menos metade de seus membros mais um. Os acordos serão tomados pela maioria qualificada de dois terços dos votos dos participantes. No entanto, um consenso será procurado entre os oficiais para chegar a acordos.

ARTIGO 26 - As faculdades do Comité são:

- Realizar e exercer a representação da Associação, através do Presidente ou de um delegado, realizar a gestão e administração da maneira mais completa que a Lei permitir e cumprir as decisões tomadas pela Assembleia Geral.
- Tomar os acordos necessários para comparecer perante os órgãos públicos para o exercício de todo tipo de ações judiciais e para interpor os recursos necessários.
- Convocar as Assembleias Gerais e monitorar que os acordos firmados.

ARTIGO 27 - O Comité poderá delegar funções a uma ou mais pessoas que receberão as faculdades expressas na designação. Eles também podem receber poderes gerais ou específicos.

CAPÍTULO PRESIDENTE

III:

ARTIGO 28 - O Presidente da Associação também será o presidente do Comité. O Presidente tem as seguintes funções:

- O Presidente é o representante legal da associação
- Representar a Associação perante qualquer organização pública ou privada, e aceitar a direção e gestão da Associação.
- Observar que as metas da Associação são cumpridas
- Solicitar pagamentos e autorizar documentos, atas e correspondências com sua assinatura
- Dê um voto decisivo no caso de empate
- Cumprir os acordos feitos pela Assembleia Geral e pelo Comité

- Convocar, presidir e encerrar as reuniões da Assembleia Geral e do Comité
- Revisar as atas e certificados emitidos pelo Secretário da Associação
- Tomar qualquer medida urgente necessária para o correto funcionamento da Associação ou que seja necessária ou vantajosa no desenvolvimento de suas atividades, dando explicações ao Comité posteriormente.
- Outras atribuições correspondentes ao cargo e que são delegadas pela Assembleia Geral e pelo Comité.
- Capacidade de conceder poder para determinados atos de sua responsabilidade

ARTIGO 29 - O Presidente será substituído em caso de ausência, vacância ou doença pelo Vice-Presidente, e em sua ausência o membro mais antigo do Comité, que terá as mesmas atribuições que o Presidente.

CAPÍTULO IV:

SECRETÁRIO

ARTIGO 30 - O Secretário será responsável pelos deveres puramente administrativos da Associação. Essas funções incluem:

- Manter atualizados os livros da Associação que são legalmente estabelecidos e o registro de associação
- Manter a documentação da Associação e processar as comunicações sociais e acordos que devem ser inscritos no Registro de Associações.
- Apresentar, juntamente com o Tesoureiro, as contas anuais e demais obrigações documentais nos termos em que legalmente correspondam
- Escrever as atas das reuniões
- Emitir certificados

CAPÍTULO V

TESOUREIRO

ARTIGO 31 - O Tesoureiro tem a função de monitorar os recursos da Associação, bem como elaborar os orçamentos e contas anuais, a fim de apresentá-los à Assembleia Geral. Tanto a disponibilidade de créditos nas contas bancárias como a autorização dos pagamentos devem ter o acordo do Presidente e do Tesoureiro.

CAPÍTULO VI

MEMBROS DO COMITÉ

ARTIGO 32 - Os demais membros da comissão terão as atribuições correspondentes ao cargo de membros da Comissão, bem como as decorrentes das delegações ou comissões de trabalho que a Comissão lhes confie.

ARTIGO 33 - As vagas que surgirem durante o mandato dos membros do Comité serão provisoriamente cobertas pelos membros remanescentes até a eleição definitiva em Assembleia Geral Extraordinária.

SEÇÃO IV

REGIME DE FINANCIAMENTO, CONTABILIDADE E DOCUMENTAÇÃO

ARTIGO 34 - O exercício financeiro terá início em 1 de janeiro e terminará em 31 de dezembro, coincidindo com o ano natural.

ARTIGO 35 - Todas as contas e orçamentos apresentados à Assembleia Geral serão expressos em euros.

ARTIGO 36 - A Associação funcionará com um orçamento anual. A minuta do orçamento será elaborada pelo Tesoureiro da Associação, que deverá prepará-lo antes de 1º de janeiro de cada ano, para que possa ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

ARTIGO 37 - Os recursos financeiros da Associação serão recebidos de:

- Subsídios e outras receitas de direito público
- Doações, heranças e legados de todos os tipos
- Renda de propriedades
- Rendimentos obtidos de atividades lícitas realizadas no âmbito dos objetivos da Associação
- Das finanças cuja gestão a Associação é confiável, no decorrer dos programas em que participa, que serão usadas para financiar as atividades que estão sendo realizadas
- Das subscrições anuais dos membros, utilizadas para cobrir as despesas técnicas e administrativas ordinárias da Associação. O valor da assinatura anual e o calendário

preciso para o seu pagamento serão aprovados anualmente pelo Comité e aprovados na Assembleia Geral Ordinária. O pagamento da assinatura é essencial para manter a adesão, nos termos previstos no artigo 12 dos presentes estatutos.

ARTIGO 38 - A Associação poderá sujeitar suas contas anuais à supervisão de um auditor.

ARTIGO 39 - As contas da Associação serão incluídas dentro de um relatório oficial que será disponibilizado aos membros, com pelo menos 15 dias de antecedência da data acordada para a Assembleia Geral Ordinária, onde estas contas anuais devem ser aprovadas.

ARTIGO 40 - Para usufruir dos recursos nas contas bancárias em que a Associação detenha seus recursos, serão reconhecidas as assinaturas do Presidente, Tesoureiro e Secretário, devendo pelo menos duas delas assinar sua aceitação.

SECÇÃO V

LÍNGUA E FACULDADE INTERPRETATIVA

ARTIGO 41 - As línguas oficiais da Associação serão espanhol, francês e inglês. No entanto, em caso de dúvida, interpretar qualquer termo ou aspeto dos presentes estatutos e o desenvolvimento dos regulamentos ou qualquer outro documento emitido pela Associação, a versão escrita em espanhol prevalecerá.

ARTIGO 42 - A interpretação dos presentes estatutos corresponde à Assembleia Geral, que decidirá o significado do artigo por um acordo que exigirá o mesmo quórum de votos que a modificação dos estatutos.

SECÇÃO VI

REGIME DISCIPLINAR

ARTIGO 43 - O controlo do cumprimento dos Estatutos corresponde à Assembleia Geral e ao Comité, em conformidade com o Regulamento Interno, que pode sancionar os membros que não cumpram as suas obrigações.

ARTIGO 44 - Os órgãos do governo mencionados no artigo anterior podem sancionar as infrações cometidas pelos membros que não cumpram as suas obrigações. Estas

infrações podem ser classificadas como leves, graves ou muito graves, e as sanções correspondentes podem variar desde uma advertência até à expulsão do membro da Associação, tal como estabelecido no Regulamento Interno.

SEÇÃO VII

SOBRE OS REGULAMENTOS INTERNOS

ARTIGO 45 - O regulamento interno desenvolverá, conforme necessário, qualquer assunto que não esteja diretamente previsto nos presentes Estatutos e nunca poderá contradizer o estipulado nos Estatutos. O funcionamento interno da Associação estará totalmente sujeito à jurisdição civil ordinária.

SEÇÃO VIII

SOBRE A DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

ARTIGO 46 - A Associação será dissolvida por acordo celebrado por maioria qualificada de dois terços dos membros que a constituam, ou pela impossibilidade material ou legal de cumprir seus objetivos. Este acordo será tomado em uma Assembleia Geral Extraordinária, conforme estabelecido no Artigo 21 dos presentes Estatutos.

ARTIGO 47 - O acordo da dissolução determinará a forma de proceder à liquidação dos bens da Associação. No prazo de 30 dias, a Assembleia Geral nomeará uma comissão de liquidação formada pelo Presidente, Tesoureiro e dois membros.

A comissão de liquidação avaliará os recursos e dívidas da Associação e proporá a distribuição mais adequada da propriedade restante.

A proposta definitiva de liquidação, a ser aprovada validamente, exigirá o voto favorável da maioria qualificada dos membros da Assembleia Geral. Uma vez aprovada, a proposta será vinculativa para todos os membros.

SEÇÃO IX

SUBJEÇÃO À JURISDIÇÃO E TRIBUNAIS DE DIREITO

ARTIGO 48 - Todos os assuntos jurídicos que surjam no seio da Associação, entre a Associação e seus membros, entre os membros e o Comité, ou entre os membros, estão sujeitos à jurisdição espanhola e aos tribunais onde se encontra o endereço social da Associação; em qualquer caso, às disposições da Lei 52/1997 de 27 de novembro, referente à aplicação do direito territorial.

ARTIGO 49 - Relativamente a tudo o que não estiver previsto nos presentes Estatutos, será aplicada a Lei Constitucional 1/2002 de 22 de Março, para regular o direito da Associação e disposições complementares.

ARTIGO 50 - O Sr. Rafael Pacheco Rubio, Secretário da Associação Internacional "Roman Routes Heritage in Europe Cooperation Network" certifica que: Os presentes estatutos foram acordados em conformidade com as disposições da Lei Constitucional 1/2002 de 22 de Março, e acordados pela Assembleia Geral Extraordinária de membros realizada no Luxemburgo a 25 de Outubro de 2017, e são assinados em cada uma das folhas de papel em que está escrito.